

Que futuro para as representações sociais?

What future for social representations?

Joaquim Pires Valentim¹

RESUMO: O objectivo deste artigo é discutir alguns dos obstáculos com que se tem vindo a deparar o desenvolvimento das pesquisas em representações sociais (RS) e procurar esboçar possíveis vias para os ultrapassar, sublinhando a importância de apostar nas potencialidades teóricas e nas características específicas desta teoria. Começa por se assinalar o grande desenvolvimento dos estudos em RS ao longo de mais de meio século, referindo o contraste entre a actual situação na Europa e na América Latina. No primeiro caso, uma certa estagnação; no segundo caso, uma proliferação. Uma constatação que suscita dois tipos de questões: 1) as razões dessa “pausa” dos estudos em RS na Europa; 2) a falta de robustez teórica e metodológica que, por vezes, também tem sido uma marca dos estudos neste domínio. Este quadro está longe de corresponder a uma “era das representações sociais” (Moscovici, 1986) e não parece favorável ao aprofundamento e rejuvenescimento em termos teóricos e metodológicos nos estudos em RS. Todavia, neste artigo defende-se que continuam a existir boas razões que podem levar os investigadores a trabalhar com a teoria das representações sociais e procede-se a uma análise das suas características distintivas que podem fomentar esse processo.

Palavras-chave: representações sociais; teorias em psicologia social; psicologia societal; níveis de análise; psicologia social na Europa.

ABSTRACT: This article aims to discuss some of the obstacles which the development of social representations (SR) research has faced. It also seeks to outline possible paths to overcome them, highlighting the importance of investing in the theoretical potentialities and the specific characteristics of this theory. It begins by marking the great development and vitality of studies in SR over more than a half century, referring to the contrast between the current situation in Europe and Latin America. In the first case, a certain stagnation, in the second, proliferation. This finding raises two types of questions: 1) the reasons for this "pause" in studies of SR in Europe; 2) the lack of theoretical and methodological robustness which sometimes has also been a trademark of studies in this field. This framework is far from corresponding to an "era of social representations" (Moscovici, 1986) and it does not seem to favour the theoretical and methodological deepening and rejuvenation of SR studies. However, this article argues that there are still good reasons that may lead researchers to work with social representations theory and proceeds to an analysis of its distinctive features that can foster this process.

Keywords: social representations; social psychological theories; societal psychology; levels of analysis; social psychology in Europe.

Que futuro para as representações sociais?²

Um simpósio sobre o “o futuro da Teoria das Representações Sociais” (TRS) pode atrair de imediato o optimismo de que a TRS tem um futuro promissor. Sem querer quebrar o

¹ Doutor em Psicologia Social; Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Coimbra, Portugal. E-mail: jpvalentim@fpce.uc.pt.

² No essencial, este texto corresponde ao conteúdo da comunicação que apresentei no Simpósio coordenado por Ângela Almeida *O futuro da teoria das representações sociais* na 8ª Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS), *Desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais: Viagens Euro-Americanas* (Recife, Agosto de 2013). Retomo também aqui alguns dos pontos da apresentação do Simpósio que organizei para a 11ª Conferência Internacional de Representações Sociais (Évora, Junho de 2012), *Vale a pena trabalhar em representações sociais?* Expresso o meu sincero agradecimento à Profª Maria de Fátima de Souza Santos da Universidade Federal de Pernambuco pelo convite que me foi feito para participar na 8ª JIRS.

entusiasmo que tanto ajuda à construção de um futuro desses, parece-me importante reconhecer que isso não está garantido. Penso até que, para criar condições que permitam acreditar que esse futuro pode existir, será necessário contrariar algumas tendências actuais neste domínio e, em simultâneo, apostar nas potencialidades teóricas e nas características específicas desta teoria. O objectivo desta comunicação é discutir alguns desses obstáculos e dessas possibilidades.

“Um domínio em expansão”

Mais de meio século depois do início dos estudos em RS temos bons motivos para nos congratularmos com o desenvolvimento de uma teoria que começou por ser quase “paroquial” em Paris (Vala, 1993, p. 368) e depois dos anos 80 ultrapassou claramente as fronteiras dessa paróquia. Uma expansão que se fez incluindo também o Brasil e outros países da América Latina, a seguir à primeira viagem que aí realizou Denise Jodelet em 1982 (Madiot, Lage & Arruda, 2008).

Essas pesquisas tiveram um florescimento com brilho e grandes desenvolvimentos teóricos. Assistimos a uma multiplicação de estudos com base em diferentes proposições teóricas e abordagens metodológicas e até mesmo ao surgimento das chamadas “escolas”, estruturadas a partir de diferentes propostas teórico-metodológicas, objectivadas em diferentes cidades europeias e com diferentes nomes de responsáveis de pesquisa. Nesse florescimento se podem contar, entre muitas outras coisas, estas Jornadas Internacionais sobre Representações Sociais, as Conferências Internacionais de Representações Sociais, uma revista específica (*Papers on Social Representations*) e um doutoramento europeu (o *European PhD on Social Representations and Communication*) no qual trabalharam e foram orientadores a quase totalidade de uma geração notável de “mestres” como Moscovici, Jodelet, Doise, Farr, Abric e Wagner.

Obstáculos e limitações

Mas depois de tudo isso – enquanto aqui no Brasil começava a enorme produção editorial em RS e as Jornadas Internacionais sobre Representações Sociais se consolidavam – podemos e devemos perguntar-nos o que aconteceu na Europa para que um decréscimo dessa vitalidade se tornasse claro, se é que não assistimos mesmo a uma “implosão” do campo (Valentim, 2009, p. 339). Aqueles “anos dourados” da teoria das representações sociais na Europa acabaram.

Para dar apenas alguns exemplos, a certa altura a publicação dos *Papers on Social Representations* foi interrompida, o doutoramento europeu perdeu atractividade e não creio que o *European Journal of Social Psychology* nos próximos números possa ser palco para textos sobre as RS como o foi em 1988 com artigos que entretanto se tornaram clássicos, como o de Jahoda (1988) e o de Moscovici (1988).

O actual estado de coisas é que, aparentemente, na psicologia social que se faz na Europa (e que também é muito diversa) não há grande interesse pelas representações sociais. A isso não será alheio um tempo marcado pelas abordagens individualistas, fundadas numa epistemologia da racionalidade de um indivíduo isolado – e que se deve manter isolado para pensar bem, pois o social distorce essa racionalidade cognitiva como as experiências de Asch parecem mostrar. Com uma predominância dos níveis de análise intra-

individual e interindividual, essas abordagens adoptam o modelo de um indivíduo racional procurando e processando informação segundo as regras da lógica formal. E isto, para chegar à conclusão que esse raciocínio se caracteriza pela presença de enviesamentos ou mesmo erros, que são de tal modo abundantes que se assemelham mais à regra que à excepção. Ora, como considera Beauvois (1984, p. 391), isso é o equivalente “a afirmar que o sal e as ondas são vieses sem os quais o mar seria exactamente o rio que pretendemos que ele seja”.

Essa é uma das dificuldades da TRS: a ideia de um novo campo de pesquisa, centrado no estudo da articulação entre regulações sociais e funcionamento cognitivo (Doise, 1990), não encontra expressão, nem espaço, nos actuais modelos dominantes de pesquisa. E este estado de coisas deve até acentuar-se com a actual tendência para uma ênfase cada vez maior nos estudos sobre o funcionamento cerebral. Também na psicologia social, a importância dessas pesquisas é de tal ordem que Doise (2011) considera que devemos incluir como mais um nível de análise, “aquém” do nível intra-individual, o do funcionamento cerebral. Os avanços nas neurociências têm sido, de facto, notáveis. As suas potencialidades no domínio das aplicações, bem como os seus contributos, quer para as metodologias de investigação, quer para o aumento do conhecimento sobre o funcionamento cerebral justificam bem a importância do desenvolvimento dessa área a que temos vindo a assistir. Obviamente, não é isso que está aqui em causa. Mas antes a expansão desse paradigma quando pautado por uma espécie de retrocesso epistemológico, com consequências que, do meu ponto de vista, não convidam ao optimismo. Refiro-me às consequências, tanto ao nível da sua utilização pelo senso comum – pensem, por exemplo, nas teorias racistas de base genética – quanto para o futuro da psicologia enquanto tal. Pensemos na proliferação da neuropsicologia – não raramente feita em detrimento de outras áreas fundamentais – quer nos cursos em Psicologia, quer nas prioridades das agências e dos programas de financiamento da pesquisa.

Talvez eu esteja a exagerar e o meu pensamento esteja cheio dos vieses de que nos falam os trabalhos em cognição social. Mas a verdade é que uma certa leitura de alguns manuais europeus de referência na psicologia social (e.g., Hewstone, Stroebe & Jonas, 2008), pode fazer crer que os estudos em RS não existem, uma vez que nenhum capítulo ou secção lhes são dedicados. E, se a história da psicologia social vier a ser aquela que é apresentada no recente livro de Kruglanski e Stroebe (2012), não chegará a ser muito pertinente o contributo da TRS para a disciplina.

A isto se acrescenta que se o seu acolhimento não é grande no interior da psicologia social contemporânea, as RS também têm sido ignoradas fora do campo da psicologia. De facto, se nos virarmos para a sociologia, ou para as ciências sociais no geral, as coisas não são melhores. Mesmo aí, onde poderíamos esperar um outro tipo de recepção ou de utilização – até porque se trata de um conceito com raízes em Durkheim –, parece-me que será altamente improvável encontrar no futuro próximo uma utilização teórica ou empírica fecunda.

Ou seja, aparentemente, as RS não existem e pode mesmo pôr-se a questão de saber se “vale a pena trabalhar em RS”. Tanto mais que, para compreendermos as razões deste silêncio e ausência, não é necessário fazermos o jogo de uma espécie de vitimização e limitarmo-nos a confortavelmente apontar para causas ou “adversários” exteriores. Também é necessário reconhecer que no interior deste campo de estudos há fraquezas e problemas internos persistentes que ajudaram a conduzir a esta situação.

Desde logo, uma certa ligeireza, ou mesmo fraquezas teóricas que, não raramente, caracterizam este tipo de estudos. A noção de RS aplica-se a tudo e, aparentemente, dispensa reflexão teórica sólida. Assim, vai-se multiplicando pesquisa empírica sem grandes exigências de trabalho teórico prévio. Em vez de um aprofundamento teórico, de um diálogo e articulação com outras teorias (e até disciplinas adjacentes), ficamos, com uma frequência demasiado excessiva, no quadro de ideias vagas, genéricas e imprecisas. As RS passam a moldura explicativa, alimentada por uma espécie de *portfolio* da objectivação, em que perguntamos às pessoas “o que é para si... (não importa o quê)?”. Juntamos de algum modo as respostas que as pessoas nos dão, e eis-nos com um novo estudo sobre RS. Esta facilidade faz, demasiadas vezes, dos estudos em RS uma espécie de *grounded theory* ingénua alimentada pelo registo de teorias do senso comum. O que é, por si só, seriamente comprometedor do futuro das representações sociais.

Mas não nos ficamos por aqui. O social muitas vezes é estudado apenas como identificação de um grupo que possui um repertório comum de respostas. A este respeito penso que devemos reter de forma séria a crítica de Bourdieu e Passeron (1970, p. 59), segundo a qual é necessário “escapar à ingenuidade das filosofias sociais do consenso”. A redução do estudo das RS à identificação de um conjunto de representações consensuais que um grupo possui pode traduzir esse risco. Uma “ingenuidade” que decorre facilmente do problema do *portfolio* de objectivações a que me referi atrás.

E, no entanto, move-se

Todavia, também é verdade que, ao lado desta paisagem, onde, depois de um certo eclipse, aparentemente, não há lugar para as RS na psicologia social que se faz na Europa, estes estudos não deixaram de proliferar. Obviamente, não é a quantidade que interessa aqui. Mas esta proliferação tem características notáveis. Desde logo, a diversidade geográfica e linguística. Ou seja, os estudos em RS têm-se vindo a desenvolver fora daquilo que Doise designou como “um ‘*croissant* de ouro’ da psicologia social europeia (que vai da Inglaterra até à Alemanha do Norte, atravessando os Países Baixos e a Bégica)”. As investigações feitas aí “são supostamente conhecidas por todos, enquanto aquelas emanando da periferia não o são” (Doise como citado em Valentim, 2009, pp. 340-341). Ora, este “*croissant* de ouro” é também uma “zona não RS”. Com notáveis excepções, entre as quais sublinho os trabalhos na London School of Economics. Mas é sobretudo fora desse *croissant* que os estudos em RS se têm vindo a desenvolver. Não penso que isso seja necessariamente mau. Neste tipo de coisas a prudência é boa conselheira, mas creio que podemos dizer que a inovação e a mudança, nomeadamente no domínio das ideias, são frequentemente fertilizadas nas margens, pelas minorias. Ora, como penso que há muitas coisas que precisam ser mudadas, então, neste caso, talvez estejamos no bom caminho.

Mas afinal, neste cenário que acabo de traçar, com pinceladas demasiado vagas, para onde vão as representações sociais? É evidente que não sei responder a esta questão. Todavia, vamos pôr as coisas de outra maneira. Se tomássemos como a hipótese que queremos refutar, a hipótese de que, pelo que disse atrás, as representações sociais não têm futuro na “cidade científica”, como fazê-lo? Como fazer para que essa hipótese venha a ser rejeitada?

Desde logo, penso que não podemos fazer como se continuássemos no tempo dos “anos dourados” das representações sociais na Europa, quando estas constituam um

“domínio em expansão” (Jodelet, 1989), nem como se tivéssemos entrado numa “era das representações sociais” (Moscovici, 1986). Também não me parece que, por si só, possa ser muito fecunda a ideia de que se trata de um domínio de estudos “em crise”. Porque, de certo modo, sempre houve “a crise da psicologia social”.

Um ponto fundamental é aquele que Moscovici já em 1982 (p. 143) designava por “rigoriser les représentations [sociales]”, tornar mais rigorosas as representações sociais. Inevitavelmente, isso passa pelo reforço do rigor metodológico. Mas também – ou, sobretudo – pelo reforço da teoria no sentido de K. Lewin. Isto é, da necessidade da pesquisa empírica ser subordinada ao trabalho prévio de reflexão teórico-conceptual. Este problema não é específico do campo de estudos das representações sociais, nem recente. Num artigo de 1976, sobre a pesquisa intercultural em psicologia social experimental, Faucheux criticava já a “anemia teórica” com que os psicólogos sociais se esforçavam por “acumular factos” conduzindo assim a pesquisa a um “mosaico ateórico” (pp. 270-71). A necessidade de reflexão teórica parece-me fundamental até para evitar os riscos de trivialização e de fragmentação por tópicos de estudo, afastando-nos do trabalho fundamental de problematização e de integração teórica.

Do meu ponto de vista, igualmente importante é assegurar que o reforço com o rigor metodológico não se limite a conduzir-nos a um tecnicismo sem grande utilidade. Um problema para o qual Moscovici e Marková (2006) também chamam a atenção ao referirem-se à “vitória do método”, como Nietzsche caracterizou a ciência do século XIX. Quando, em vez disso, o que a partir do século XX caracteriza o crescimento da ciência é “o triunfo dos problemas e dos paradoxos (...) e estes vão sendo resolvidos com a ajuda de novos conceitos e a invenção de novos fenómenos” (p. 260). Com outros contornos, o que agora está aqui em causa é a possível vitória de um simples virtuosismo na aplicação de técnicas, muito facilitado por uma certa sedução (se não mesmo por uma quasi-subserviência) pelos procedimentos e *outputs* que o *software* permite. E que tem contribuído para que o trabalho científico neste domínio, por vezes, se pareça com o acumular de sucessivas objectivações das representações sociais que visa estudar. Seria estulto negar as vantagens de podermos beneficiar do arsenal tecnológico à nossa disposição e dos extraordinários avanços metodológicos nestes mais de 50 anos de desenvolvimento dos estudos em representações sociais. Não é a isso que me refiro, como é evidente, mas à aplicação quase mecânica de técnicas que talvez não tragam realmente novos conhecimentos. Assim, tal como escreveu Festinger (1980, pp. 252-253) “as pesquisas são cada vez mais sobre problemas menores (...) [e] Os problemas fundamentais perdem-se de vista porque o campo já só se define pelas pesquisas em curso”.

Julgo que é entre esses dois obstáculos que se jogará o futuro da teoria das representações sociais e a possibilidade de refutar a hipótese de que falei atrás (as representações sociais não têm futuro na “cidade científica”). Entre a quase ausência de teoria e uma atenção excessiva às questões técnico-metodológicas fechadas num programa de estudos. Entre o “mosaico ateórico” nos termos de Faucheux e “a vitória do método” nos termos de Moscovici e Marková.

Porquê usar o conceito de representação social?

Todavia, a questão mantém-se: porquê usar a teoria e os conceitos das representações sociais e não apenas outras noções como crenças, atitudes e *scripts*?

De um modo não exaustivo, sendo claramente parcelar e esquemático, assinalo quatro razões ou motivos para o fazer.

1. Primeiro, porque, pelas suas características paradigmáticas, a TRS encontra-se numa posição única, num cruzamento com outras ciências fundamentais para a compreensão dos fenómenos humanos nas sociedades contemporâneas (como a sociologia, a história e a antropologia), para lidar com questões societais que ultrapassam os níveis de análise intra-individual e interindividual. Para se debruçar sobre a dimensão social da psicologia social *sendo psicologia e sendo social* (Sá, 2013). E sendo social, tendo em conta os fenómenos identificados, tanto por um, como por outro, dos dois adjectivos “social” e “societal”, tal como Celso de Sá (2013, pp. 95-96) clarificou recentemente. O adjectivo ‘social’ que, derivando de *socius*, “se refere a qualquer forma de relação [de certo modo, espontânea] entre indivíduos”. O adjectivo societal que, derivando de *societas*, “se refere à acção social de indivíduos e grupos” em comunidades ou sociedades e que “depende da organização e do trabalho dessa sociedade”. Isso é tanto mais importante quanto necessitamos de paradigmas que permitam trabalhar nesses caminhos face ao predomínio das abordagens individualistas, agora amplificado pela actual vaga das neurociências a que me referi atrás. Mas repito, para evitar mal-entendidos: não se trata de negar a importância dessas abordagens, nem sequer a utilidade de estruturar a pesquisa psicossocial enquadrada nesses domínios. O que está em causa é apenas aquilo a que Bruner se referiu tão bem (1991, pp. 35-36) quando escreveu:

A cultura e a procura de significação no seio de uma cultura são, de facto, as verdadeiras causas da acção humana. O abstracto biológico e os pretensos funcionamentos universais não são as causas da acção, mas, quando muito, as *contraintes* que se exercem sobre ela, ou as *condições* impostas à sua realização. (...) O motor do carro não é responsável por nós irmos ao supermercado fazer as compras para a semana. (...) Isso não impede que não possamos ir ao supermercado num carro sem motor. [itálicos do autor]

Para lidar com estas questões, a TRS é uma ferramenta teórica singular e privilegiada. Neste sentido, o futuro dos estudos em representações sociais pode passar pela sua capacidade para se constituir como uma teoria útil à construção da psicologia social enquanto “antropologia do mundo moderno”, no sentido defendido por Moscovici (1981, p. viii).

2. Em segundo lugar, pelas suas características específicas, e até únicas, para estudar o senso comum, o “pensamento quotidiano”. Através da ideia fulcral de um mestassistema de regulações sociais que intervém no funcionamento cognitivo, a TRS permite fazê-lo não pela negativa, i.e., não se centrando nos erros e enviesamentos pelos quais se afasta da lógica formal, mas procurando dar conta da sua lógica e coerência interna. Fá-lo sem adoptar o relativismo pós-moderno, segundo o qual todos os saberes são locais e se equivalem, redutíveis a processos de retórica e de intersubjectividade histórica e local.

3. Situando-se entre as abordagens individualistas da psicologia social e o radicalismo construcionista, a utilidade da teoria das representações sociais não deriva tanto das hipóteses específicas que dela decorrem, mas antes do seu papel enquanto “grande teoria”. Trata-se de algo que escasseia na psicologia social e até mesmo na própria psicologia. Como diz Doise (1993, p. 161), o papel dessas “grandes teorias” nas ciências humanas, como é também o caso, por exemplo, da teoria piagetiana, é o de orientarem o trabalho de investigação enquanto “concepções gerais sobre o funcionamento individual e/ou societal”, podendo, e devendo, ser completadas por outros sistemas explicativos. No trabalho de

investigação, uma espécie de mapa geral não é menos útil, nem mais dispensável, que modelos específicos dos quais decorrem necessariamente hipóteses operacionais. Sendo útil, isso é também um risco, pois também abre as portas a um uso de generalidades e imprecisões que agravam o problema do “mosaico ateuórico”.

4. Por último, mesmo sem ser exaustivo, parece-me que um quarto motivo para usar o conceito de RS deve ainda ser assinalado. Refiro-me à atenção à mudança social que a TRS permite. Num duplo sentido: o da mudança das próprias representações sociais e o de conceito útil para a compreensão dos processos de transformação social nas sociedades e comunidades.

Quanto ao primeiro desses dois sentidos, precisamente porque o senso comum se transforma ao apropriar-se dos conhecimentos científicos, o estudo das representações sociais não pode ser alheio à permanente evolução do senso comum resultante dessa apropriação. Pensemos, por exemplo, de novo, no caso das neurociências e nos possíveis efeitos em termos de repercussões no “pensamento quotidiano” das explicações sobre a natureza das diferenças e das desigualdades entre humanos, nomeadamente na renovação das explicações de base biológica e genética, agora “modernizadas”.

Esta atenção à transformação das representações sociais, e às suas ancoragens, não deveria alhear-se de um outro problema, que é o que decorre desse vai e vem permanente entre ciência e senso comum, poder ceder lugar a uma simples continuidade entre o que fica a montante e o que está a jusante da actividade científica (Doise, 1990). De conduzir a uma mera reformulação do senso comum que, sem o alterar em nada de essencial, se limita a conferir uma auréola de respeitabilidade a determinadas representações sociais. O conceito de quociente intelectual, o estudo das diferenças sexuais e raciais constituem domínios onde abundam exemplos clássicos de como “durante a própria actividade científica as representações sociais continuam a funcionar” (p. 147). As novas expressões racistas que se apoiam em argumentos identitários, na etnicização ou na culturalização da diferença (Vala, 1999; Vala, Brito & Lopes, 1999; Valentim, 1997) mostram bem como estas questões estão longe de serem meras referências históricas, que apenas dizem respeito a conceitos obsoletos que já caíram em desuso. Longe disso: encontram-se imbricadas nos processos de construção social da realidade, caracterizando-se mais facilmente por uma “perpétua reorganização das representações” (Schiele & Boucher, 1989) que por uma “partilha do saber” (Roqueplo, 1974).

Quanto ao outro sentido da atenção à mudança a que me referi atrás, trata-se de sublinhar a utilidade da noção de RS na intervenção, em termos de transformação social. Porque, qualquer que seja a escala de um projecto de mudança, sem a compreensão dos sistemas de significação em jogo, o trabalho de transformação social está condenado ao fracasso. O que coloca problemas adicionais, uma vez que no actual modelo neo-liberal que domina, quer nas políticas de investigação, quer nas políticas universitárias, em que a inovação é, geralmente, sinónimo de tecnologia, não sobra grande espaço para investimentos no estudo de sistemas de significação ou de representações sociais.

Concluindo

O tema que em boa hora nos foi proposto neste Simpósio (pensar sobre o futuro) é um objecto típico das formas de pensamento que são as representações sociais, com todas as

características de “irracionalidade” que lhe estão associadas. Mesmo sabendo isso, arrisco-me a dizer que, para que as representações sociais tenham futuro na cidade científica, pelo menos duas coisas serão necessárias. A primeira é atacar de frente o problema do *portfolio* de objectivações ou do mosaico atóxico como modo de produção científica. A segunda, é focar-se nos desenvolvimentos teóricos do que tem de específico e de diferente de outras abordagens o conceito de RS, abrindo-se aos debates com outras correntes teóricas e ao diálogo com outras disciplinas.

Referências

- Beauvois, J.-L. (1984). Sujet de la connaissance et sujet de l'action: pour un neo-cognitivism en psychologie sociale. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 4(4), 385-400.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *A Reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino* [C. G. Silva, trad.]. Lisboa: Vega.
- Bruner, J. S. (1991). ... *car la culture donne forme à l'esprit. De la révolution cognitive à la psychologie culturelle* (Y. Bonin, Trad.). Paris: Eshel (Edição original publicada em 1990).
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione, C. Bonnet & J.-F. Richard (Eds.). *Traité de Psychologie Cognitive: Tome 3. Cognition, représentation, communication* (pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. In G. M. Breakwell & D. V. Canter (Eds.). *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). Oxford: Clarendon Press.
- Doise, W. (2011). The homecoming of society in social psychology. In J. P. Valentim (Ed.). *Societal approaches in social psychology* (pp. 9-34). Berne: Peter Lang.
- Faucheux, C. (1976). Cross-cultural research in experimental social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 6(3), 269-322.
- Festinger, L. (1980). *Retrospections on social psychology*. Oxford: Oxford University Press.
- Hewstone, M., Stroebe, W., & Jonas K. (Eds.). (2008). *Introduction to social psychology: A european perspective* (4ª ed.). Oxford: Blackwell.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on 'social representations'. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 195-209.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Dir.). *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: PUF.
- Kruglanski, A., & Stroebe, W. (2012). *Handbook of the history of social psychology*. New York: Psychology Press.
- Madiot, B., Lage, E., & Arruda, A. (Dir.). (2008). *Une approche engagé en psychologie sociale: L'oeuvre de Denise Jodelet*. Ramonville Saint-Agne: Érès.
- Moscovici, S. (1981). Foreword. In P. Heelas & A. Lock (Eds.). *Indigenous psychologies: The anthropology of the self* (pp. vii-xi). London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1982). Perspectives d'avenir en psychologie sociale. In P. Fraisse (Dir.). *Psychologie de demain* (pp. 137-147). Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1986). L'ère des représentations sociales. In W. Doise & A. Palmonari (Dir.). *L'étude des représentations sociales* (pp. 34-80). Lausanne: Délachaux et Niestlé.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211-250.
- Moscovici, S., & Marková, I. (2006). *The making of modern social psychology. The hidden history of how an international social science was created*. Cambridge: Polity Press.
- Roqueplo, P. (1974). *Le partage du savoir*. Paris: Seuil.

- Sá, C. P. (2013). On the routes of Social Psychology in Brazil. *Estudos de Psicologia, 18*(1), 93-98.
- Schiele, B., & Boucher, L. (1989). L'exposition scientifique: une manière de représenter la science. In D. Jodelet (Dir.). *Les représentations sociales* (pp. 406-424). Paris: PUF.
- Vala, J. (1993). Representações sociais – Para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coord.). *Psicologia Social* (pp. 353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (Coord.). (1999). *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal – Perspectivas Psicossociológicas*. Lisboa: ICS.
- Valentim, J. P. (1997). *Escola, Igualdade e Diferença*. Porto: Campo das Letras.
- Valentim, J. P. (2009). Uma entrevista de Willem Doise com Xenia Chryssochoou e Joaquim Pires Valentim. *Psychologica, 15*, 321-343.

Apresentação: 30/10/2013
Aprovação: 13/12/2013